



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS
 CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO
 BANCO MUNDIAL**

**POVERTY AND COVID-19: IMPACTS OF THE PANDEMIC ON GROUPS OF PEOPLE
 CONSIDERED POOR AND EXTREMELY POOR IN BRAZIL, ACCORDING TO THE VIEWPOINT
 OF THE WORLD BANK**

**POBREZA Y COVID-19: IMPACTOS DE LA PANDEMIA EN GRUPOS DE PERSONAS
 CONSIDERADAS POBRES Y EXTREMAMENTE POBRES EN BRASIL SEGÚN LA VISIÓN DEL
 BANCO MUNDIAL**

Edicarlo da Encarnação Damasceno¹, Paulo Berti de Azevedo Barros², Christyan de Castro Amorim Dias³

e361607

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i6.1607>

PUBLICADO: 06/2022

RESUMO

Dentre os problemas sociais existentes, a pobreza assola todo o globo a milhares de anos, a distribuição desigual de renda é uma característica das sociedades capitalistas que tem se demonstrado um problema de difícil resolução. A pandemia provocada pelo vírus Sars-cov-2 escancarou a fragilidade das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e as expos sem pudor ao risco de perder a própria vida. O trabalho a seguir demonstra, através da análise de dados fornecidos pela síntese de indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como as pessoas nesta situação sofreram impactos diante uma crise de saúde a nível mundial e as medidas encontradas pelos governos regionais e nacional para tentar amenizar os efeitos da crise e conter o crescimento dos extremamente pobres e pobres assim definidos conforme a definição do banco mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. COVID-19. Banco Mundial.

ABSTRACT

Among the existing social problems, poverty has been plaguing the entire globe for thousands of years, the unequal distribution of income is a characteristic of capitalist societies that has proved to be a difficult problem to solve. The pandemic caused by the Sars-cov-2 virus exposed the fragility of people who live in situations of economic vulnerability and shamelessly exposed them to the risk of losing their own lives. The following work demonstrates, through the analysis of data provided by the synthesis of social indicators of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, how people in this situation were impacted by a global health crisis and the measures found by regional and regional governments. To try to mitigate the effects of the crisis and contain the growth of the extremely poor and the poor, as defined by the world bank.

KEYWORDS: Poverty. COVID-19. World Bank.

RESUMEN

Entre los problemas sociales existentes, la pobreza ha plagado todo el mundo durante miles de años, la distribución desigual del ingreso es una característica de las sociedades capitalistas que ha

¹ Graduando em Ciências econômicas pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

² Professor Efetivo da Universidade Federal do Amazonas -UFAM. Doutor em Teoria Econômica pela UNICAMP. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo e mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo.

³ Graduando em Ciências econômicas pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Graduado em direito pela Universidade Paulista - UNIP.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

demonstrado ser un problema de difícil resolución. La pandemia provocada por el virus Sars-cov-2 ha expuesto la fragilidad de las personas que viven en situaciones de vulnerabilidad económica y las expone sin vergüenza al riesgo de perder la vida. El siguiente trabajo demuestra, a través del análisis de los datos proporcionados por la síntesis de indicadores sociales del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística – IBGE, cómo las personas en esta situación sufrieron impactos frente a una crisis de salud global y las medidas encontradas por los gobiernos regionales y nacionales para tratar de mitigar los efectos de la crisis y contener el crecimiento de los extremadamente pobres y pobres así definidos de acuerdo con la definición del banco mundial.

PALABRAS CLAVE: Pobreza. COVID-19. Banco Mundial.

I. INTRODUÇÃO

A pobreza sempre foi um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade. Até mesmo os projetos mais simplórios de civilizações organizadas já enfrentavam a problemática da distribuição desigual de renda e principalmente de casos extremos de acesso extremamente limitado de pessoas a meios de suprir a própria subsistência.

A ótica a respeito do conceito de pobreza também não é cristalina e homogênea, na verdade uma série de discursões já foram abertas para se chegar a um conceito único de pobreza, contudo, sem sucesso. Visto que até mesmo os clássicos pensadores da economia já se ocuparam com tal questionamento, não há necessidade para retomar um tema, que ao menos hoje encontrasse quase que inteiramente pacificado a pesar de quem heterogêneo nos métodos de definição.

Algumas instituições desempenham um papel crucial no trato da questão da pobreza, o banco mundial, por exemplo, apesar de ser uma instituição financeira de nível internacional, o que para os leigos, levaria a pensar que seu único objetivo seria visar o lucro, tem demonstrado ao longo dos últimos anos que a erradicação da pobreza e seus principais sintomas também são um dos seus principais objetivos sociais.

Desta maneira, se elaborou um parâmetro a nível mundial para definir o que seria a pobreza nos diferentes países a partir de uma ótica estritamente monetária, assim, a definição de pobreza absoluta toma conta da abordagem como a possibilidade de avaliar as pessoas nessa situação perante um momento de crise.

Porém, algumas linhas de questionamento surgem da trama elencada a partir da pobreza, a mais recente, e ainda contínua, é sem dúvida nenhuma o comportamento e os impactos causados pela pandemia da COVID-19 em entidades familiares que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza.

Ocorre que em dezembro de 2019, na República Popular da China (província de Hubei e cidade de Wuhan), houve a identificação do SARS-CoV-2, denominado popularmente como “coronavírus” ou ainda COVID-19. A doença passou a ser pandêmica a partir de março de 2020, com impactos nas áreas de saúde, social e econômica (TÁVORA, 2020).

Os eventos que sucederam a primeira contaminação do vírus e os impactos causados nas economias dos países de todo o globo, jamais poderiam ser imaginados, nem mesmo pelo mais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E
EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

pessimista dos economistas. Acontece que os efeitos globais são sem precedentes na história recente da economia mundial.

De acordo com o The World Bank (2020), esta será uma recessão econômica mais profunda do que a crise financeira mundial de 2008-2009 e a crise da dívida da América Latina nos anos 1980. O cenário econômico brasileiro pré-pandemia era de superação da crise de 2014/2017, a qual foi originada por uma combinação de choques de oferta e demanda, devido a erros de política econômica. Estes fatores provocaram uma redução do crescimento da economia brasileira e incertezas sobre a solvência das finanças públicas (BARBOSA FILHO, 2017), de contraponto a COVID-19 apresentou um cenário muito mais hostil e sem contar que os efeitos nas classes mais abastadas podem ter um preço o qual o país não será capaz de pagar.

Essa dinâmica de caos e morte empurrou todas as classes sociais para um precipício com limitadas rotas de fuga, em resumo, todas as classes sofreram, de alguma forma. Houve mudança de hábitos, reduções no nível de renda e imposição de novos produtos com caráter essencial. No entanto, as entidades familiares em situação de pobreza merecem o devido destaque neste trabalho.

Por vez o objetivo deste trabalho será compreender quais os efeitos causados diretamente pela pandemia de COVID-19 nas famílias em situação de pobreza através de uma abordagem bibliográfica pautada principalmente na análise das publicações anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística elencadas nas Sínteses de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, edições de 2019 e 2020.

Busca-se, desta forma, uma interpretação dos dados nos períodos que coincidem com o surgimento da pandemia e seu auge, passando por implementação de políticas governamentais assistenciais e variação do número de pessoas classificadas como pobres e extremamente pobres a depender do parâmetro considerado.

Cabe ressaltar que todos os dados estatísticos utilizados pela síntese são produtos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, realizada pela fundação IBGE. Não se levará em consideração a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19, devido ao seu caráter excepcional e de limitação histórica.

II. DESENVOLVIMENTO DO PRECEITO CONSTITUCIONAL

A Constituição da República Federativa do Brasil é conhecida internacionalmente como uma das cartas político-normativas com alta promoção da igualdade formal, e há pouco tempo, se fala também em uma concepção material na qual as pessoas não devem ser tratadas apenas igualmente perante a norma jurídica, mas, além disso, devem ser iguais formalmente consideradas, momento este em que o estado buscará promover através de políticas positivas, uma promoção de direitos básicos como a vida, saúde, liberdades, emprego, família, dentre outros, com o objetivo de ampliar os reflexos do princípio da dignidade da pessoa humana.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

Uma vida com um mínimo existencial necessário para suprir as necessidades básicas de cada ser humano, que seja capaz de promover traços de bem-estar social, está intimamente ligada à ideia de combate às desigualdades e, conseqüentemente, a pobreza.

Conforme assinala Almeida Filho (2009), “As desigualdades sociais constituem pontos de referência fundamentais para que se possa avançar na compreensão da vida humana, tanto no que diz respeito à doença, à morbidade, à mortalidade, quanto sobre a saúde, a qualidade e a extensão da vida.”

Segundo Pitombeira & Oliveira (2020), tratar do avanço das desigualdades no contexto brasileiro é falar sobre o recrudescimento da pobreza no país, tornando mais evidentes as diferenças de renda, gênero, raça/etnia, bem como as diferenças regionais.

Da pobreza: abordagens relevantes

A pobreza é um dos conceitos socioeconômicos cuja característica é a múltipla abordagem conceitual, vários são os conceitos para se definir pobreza já elaborados ao longo da história, há de se destacar que inclusive, mesmo no mundo contemporâneo não há uma definição verdadeiramente pacificada entre os estudiosos. Por este motivo, se faz necessário abordar as mais variadas óticas já exploradas e adaptar um conceito o qual sirva de parâmetro ao trabalho.

Tem-se que a pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, pode-se afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Deste modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que se possa, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (BARROS *et al.*, 2000).

O conceito anterior também abarca a desigualdade, a qual, necessariamente, gera custos de ineficiência, o que implica que sua superação seja condição necessária para o desenvolvimento (LA INEFICIENCIA DE LA DESIGUALDAD, 2018), pois traz risco de privação para aqueles com menores rendimentos de se manterem saudáveis e acumularem capital humano. Gera também instabilidade política e econômica, o que reduz investimentos, diminui o consumo – especialmente nas classes inferiores – e, conseqüentemente, a demanda, afetando a coesão social e a sustentabilidade do próprio crescimento (OSTRY; BERG; TSANGARIDES, 2014).

Ainda sobre a definição de pobreza, tem-se que ela remete à privação do bem-estar, que pode ser entendida como a limitação da capacidade que os indivíduos possuem de participar na sociedade, o que envolve fatores diversos como, por exemplo, se sentir seguro, ter acesso a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

oportunidades, ter uma alimentação adequada e ter bons relacionamentos sociais (HAUGHTON; KHANDKER, 2009).

Para muitos pensadores, a desigualdade econômica é um fenômeno complexo que pode ser medido por diferentes indicadores, usando variadas fontes de dados. As mais recorrentes contêm informação sobre os rendimentos ou consumo das pessoas. Estudos mais recentes nessa área utilizam as informações de imposto de renda das pessoas físicas, conjugadas ou não às tradicionais informações de pesquisas domiciliares (PIKETTY, 2014; MEDEIROS, 2015; SOUZA, 2016; HECKSHER, 2019).

Ocorre que esse amplo conjunto de dimensões pode incluir, por exemplo, o acesso a tecnologias de informação, a bens públicos, a garantias de direitos e, também, a própria capacidade das pessoas em transformar ativos em bem-estar – ser educado, ser saudável, ser feliz (SEN, 2012).

Por uma ótica mais estatística e matemática a pobreza pode se quantificar a partir de abordagens/métodos diretos ou indiretos, univariados ou multivariados, absolutos ou relativos. Por sua vez, a pobreza pode ser analisada em um ponto do tempo, através de entrevistas transversais ou em sua dinâmica, por meio de pesquisas longitudinais. Esses diferentes enfoques e instrumentos têm “aptidões” diferentes para constatar resultados de erradicação da pobreza, e estão expostos a diferentes problemas conceituais e metodológicos (FERES; VILLATORO, 2013).

Ainda a respeito da ótica estatística, Feres & Mancero (2001) destacam:

A pobreza, não obstante sua proximidade com noções como a qualidade da vida ou de bem-estar, foi principalmente estudada em seus aspectos materiais, usualmente relacionados com conceitos como o “nível ou padrão de vida”, as “necessidades” ou a “insuficiência de recursos”, sendo os indicadores mais empregados: a satisfação de certas necessidades, o consumo de bens ou o rendimento disponível. A escolha dessas variáveis se explica por sua pertinência com relação ao conceito de bem-estar utilizado e pelas restrições da informação que provém das pesquisas mais comuns (FERES; MANCERO, 2001b).

Na perspectiva das necessidades, importa a privação dos bens materiais requeridos para funcionar minimamente como um membro da sociedade, com o qual se limita a atenção de uma lista pré-determinada de artigos específicos. Por outro lado, no termo “padrão de vida”, também considera o bem-estar privado de um modo de vida socialmente aceitável, com o qual o interesse se dirige aos recursos que permitem às pessoas participar deste estilo de vida. A pobreza também pode ser vista como insuficiência de recursos para adquirir o que uma pessoa necessita. A partir desta perspectiva, a satisfação de necessidades não basta para abandonar a pobreza, pois pode não ter sido atendida mediante recursos autogerados (Ibidem, 2001b).

Diante tais abordagens, entende-se que a pobreza é um fenômeno com definição multidisciplinar e da mesma maneira com inúmeras vertentes, seja ela social, puramente econômica, estatística, psicológica, e assim por diante. Ocorre, no entanto, que por motivos de adaptação e para simplificação do modelo, será utilizada uma abordagem puramente monetária. Há, sem sombra de dúvidas, inúmeras críticas a esta abordagem, pois se limita tão somente a números de renda e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

desconsidera fatores sociais e de moradia, entre tantos outros. Porém, há de se concordar que se considerarmos que o acesso a bens e serviços determinados capazes de prover o mínimo existência de uma entidade familiar somente pode ser alcançado com valores monetários propriamente ditos, então, o modelo, mesmo limitado, se adequa ao caso proposto.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – PNAD

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma entidade subordinada ao ministério do planejamento, orçamento e gestão a qual desempenha diversos trabalhos de pesquisa e monitoramento envolvendo as mais diversas áreas, econômicas, sociais, saúde, entre outras. Dentre os trabalhos desempenhados pela instituição destaca-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, a qual, por sua vez, tem cobertura que abrange todo o território nacional, a pesquisa permite a apreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais, tais como: Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios das capitais.

A partir da PNAD, o Instituto, através da sua diretoria de pesquisas e da coordenação de populações e indicadores sociais, constituíram nos últimos anos uma publicação de periodicidade anual expondo boa parte dos dados obtidos, a publicação leva o nome de “Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira”.

Uma das explorações recorrentes do estudo é a pobreza em nível nacional, o referido tema é normalmente abordado no tópico: Padrão de vida e distribuição de renda. Por vez, será utilizado para expor os dados e estabelecer parâmetros.

Da abordagem da pobreza absoluta

Como o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, são construídas algumas linhas de forma a ilustrar diferentes métodos de identificar pessoas com rendimentos considerados insuficientes para que possam atingir o bem-estar, recebendo valores que as vão impedir de participar plenamente em sociedade, o que se traduz, por exemplo, em dificuldades para comprar alimentos, despesas de habitação, transporte etc. (IBGE, 2020).

Há critérios diversos para construir linhas de acordo com os objetivos dos estudos ou políticas que as utilizam para identificar pobres e não-pobres. As linhas podem ser absolutas, ou seja, definidas a partir de um valor específico, ou relativas, que costumam vir como uma proporção, por exemplo, de pessoas cujos rendimentos domiciliares per capita estão abaixo de 50% da mediana. Medidas relativas são mais utilizadas em países desenvolvidos, onde as condições de vida da população já não mais remetem aos mínimos vitais. (Ibidem, 2020).

Porém, há de se destacar que ao se estabelecer linhas diferentes, neste caso as absolutas, para países com características distintas, em suas trajetórias de desenvolvimento, há necessariamente um reconhecimento de que o conceito de pobreza é definido socialmente, em função do padrão de vida prevalecente em determinada sociedade e do que se entende e se



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

reconhece como pobreza em determinado período, naturalmente o modelo possui limitações e enfrenta duras críticas, contudo, por ser adotado como parâmetro mundial e constantemente utilizado pelo banco mundial, merece destaque. (IBGE, 2021).

Ainda que haja discussões sobre diferentes linhas de corte, e como adaptá-las aos padrões de vida e às necessidades de cada país, o valor de US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra - PPC é atualmente o limite para a definição da pobreza global, como explicitado no ODS 1.1 e na missão institucional do Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2013).

Da linha da pobreza estabelecida pelo Banco Mundial

O banco mundial, na última metade do século XX até os dias atuais, vem desempenhando um papel de protagonismo como instituição financeira mundial no combate à pobreza, suas formas e vertentes distintas em diversos locais do mundo, mesmo que seu modo de avaliação sofra duras críticas.

Acontece que a instituição se utilizou de uma ferramenta puramente monetária com a simplificação de que se em determinados valores dificilmente um ser humano comum teria a real possibilidade de ter acesso a níveis de bem-estar social significativos, isto é, a uma cesta de consumo que o fornecesse subsídios necessários para que pudesse viver condignamente.

Há, no entanto, uma longa construção conceitual a respeito desses valores e a maneira que eles são definidos ao longo do tempo e nas localizações geográficas, ocorre que os padrões internacionais adotados atualmente pela instituição não foram sempre os mesmos, contudo, este é outro discurso o qual não caberia a este trabalho pela limitação da abordagem.

O que de fato interessa é que o World Bank definiu em conceitos puramente monetários a pobreza como sendo o restrito acesso a bens e serviços capazes de gerar um mínimo existencial ao ser humano o qual o seria possível minimamente com o acesso diário de ao mínimo US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra – PPC (PPA em determinados autores).

Segundo Feres & Villatoro (2013) “A origem do indicador de 1 US\$ PPA/dia se encontra na necessidade de comparação da incidência da pobreza nos países em desenvolvimento com base em um padrão comum, devido às diferenças no poder de compra das linhas nacionais de pobreza”. Ou seja, a padronização em dólar seria uma tentativa de igualar o poder de compra da moeda internacional nas economias nacionais, uma vez que se utilizadas as moedas de cada país para definir o conceito próprio de pobreza seria absolutamente inviável construir um modelo capaz de abarcar características comuns e conseqüentemente combater os sintomas homogêneos das economias analisadas.

Nos últimos anos, porém, a instituição vem acrescentando novas interpretações relacionadas a países como características monetárias e sociais similares ao Brasil, vejamos:

O Banco Mundial já publica há muitos anos a incidência da pobreza monetária nos países a partir da linha global de US\$ 1,90 PPC – sugerida para países de baixo rendimento, como parte dos países da África e países marcados por conflitos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E
EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

recentes como Afeganistão, Haiti e Síria, mas adicionou, a partir de 2017, outras duas opções às suas publicações, US\$ 3,20 PPC e US\$ 5,50 PPC, construídas para dar conta das diferenças em níveis de desenvolvimento em países com rendimento médio-baixo e médio-alto, respectivamente (FERREIRA; SÁNCHEZ-PÁRAMO, 2017)

O cenário que se constrói pelo banco mundial e amplamente utilizado pelo IBGE nos permite então analisar a pobreza absoluta em ao menos duas versões, a primeira de US\$ 1,90 diários per capita em Paridade de Poder de Compra – PPC e a segunda de US\$ 5,50 diários per capita em Paridade de Poder de Compra – PPC.

Essa análise será feita pelos dados disponibilizados pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na publicação: Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira, e trabalhados nas últimas linhas históricas de 2019, 2020. Período correspondente ao cenário de início e auge da pandemia e período de controle da COVID-19 pelo governo federal, respectivamente.

Linha de pobreza monetária absoluta e o seu comportamento no período de 2019 e 2020

A crise socioeconômica provocada pela pandemia de COVID-19 afetou o mundo do trabalho em todos os seus segmentos. Tanto trabalhadores formais quanto informais foram afetados pelas medidas de isolamento social adotadas para reduzir o ritmo da disseminação do vírus. A incerteza que cerca a atividade produtiva nesse momento, a paralisação e a queda na atividade de setores não essenciais afetam o mercado de trabalho, diminuindo o nível de emprego, ampliando o desemprego e reduzindo a massa de renda da classe trabalhadora do país (TROVÃO, 2020).

O quadro a seguir foi extraído da síntese de indicadores sociais do ano de 2019 e fornecerá as duas linhas de pobreza as quais consideram-se relevantes anteriormente. Importante destacar que os valores indicados em Paridade de Poder de Compra – PPC, tendo em consideração uma base mensal, resultou nos valores aproximados indicados na coluna Valor (R\$).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

Quadro 1 - Linhas de pobreza monetária - 2019

Linha de pobreza	Referência /uso	Valor (R\$)	Pobres	
			Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)
Pobreza extrema				
89 (R\$)	Linha básica do Bolsa Família	89	8 506	4,1
US\$ 1,90 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda baixa	151	13 689	6,5
Salário mínimo (1/4)	Linha de concessão do BPC/LOAS	250	24 688	11,8
Pobreza				
178 (R\$)	Linha de elegibilidade ao Bolsa Família	178	16 256	7,8
US\$ 3,20 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-baixa	253	25 455	12,2
50% da mediana	Medida de pobreza relativa utilizada pela OCDE	431	51 053	24,4
US\$ 5,50 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-alta	436	51 742	24,7
Salário mínimo (1/2)	Cadastro Único do Governo Federal	499	61 065	29,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

(1) PPC = Paridade do poder de compra.

No período considerado, a linha de pobreza absoluta mais hostil em que o banco mundial estabelece como pobre pessoas que vivem com uma renda igual ou inferior a US\$ 1,90 diariamente ou com R\$ 151,00 por mês, tivemos uma proporção de 6,5% da população brasileira como sendo considerada pessoa extremamente pobre, ou ainda, em situação de pobreza extrema, isso corresponde a aproximadamente 13,7 milhões de pessoas.

Já quando consideramos a linha da pobreza para países de renda média-alta, como é o caso do Brasil, ou seja, pessoas pobres são aquelas que vivem com uma renda diária igual ou inferior a US\$ 5,50 PPC, então, o cenário passa a ser muito pior, representando uma quantia de percentual de 24,7% da população nacional em situação de pobreza enquanto no agregado populacional isso representaria cerca de 51,7 milhões de pessoas em situação de pobreza. Esse número representa praticamente o triplo do valor considerado na linha de US\$ 1,90.

Na tabela 1, a seguir, temos os valores correspondente ao ano de 2020, o período foi marcado pelo ápice dos efeitos da pandemia da Sars-cov-2, e os resultados obtidos durante este ano são os seguintes:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

Tabela 1 – Linhas de pobreza monetária com respectivos usos, valores nominais mensais per capita, total e proporção de pessoas consideradas pobres – Brasil - 2020

Linha de pobreza	Referência/uso	Valor nominal mensal per capita em 2020 (R\$)	Pobres	
			Total (1000 pessoas)	Proporção (%)
Extrema pobreza				
Bolsa Família (EP)	Linha para concessão do benefício básico do programa Bolsa Família	89	7 353	3,5
US\$ 1,90 PPC 2011/dia (2)	Linha do Banco Mundial para países de renda baixa	155	12 046	5,7
¼ salário mínimo	Linha de concessão do BPC	261	22 064	10,5
Pobreza				
Bolsa Família	Linha de elegibilidade ao programa Bolsa Família	178	13 630	6,5
US\$ 3,20 PPC 2011/dia (2)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-baixa	262	22 465	10,6
50% da mediana	Medida de pobreza relativa utilizada pela OCDE	418	46 828	22,2
US\$ 5,50 PPC 2011/dia (2)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-alta	450	50 953	24,1
½ salário mínimo	Cadastro Único do Governo Federal	523	61 452	29,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Notas: 1 Dados consolidados de quintas visitas.

2. PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Considerando o valor de US\$ 1,90 PPC, o valor nominal mensal per capita em 2020 em reais, resultou em R\$ 155,00. Neste nível a população nacional considerada no nível de classificação de extremamente pobre representou 5,7% da população do país, ou ainda, aproximadamente 12 milhões de pessoas na linha da pobreza extrema.

Já se considerado como modelo de classificação, a linha para países de renda média-alta, aqueles em que pessoas pobres são aquelas que vivem com uma renda diária igual ou inferior a US\$ 5,50 PPC, então o cenário é de 24,1% da população do país vivendo com ao menos R\$ 450,00 por mês o que representa cerca de aproximadamente 51 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza monetária. O valor obtido representa o quádruplo da linha mais baixa considerada pelo banco mundial na definição de pobreza.

Dos dados obtidos e a o auxílio emergencial

Os valores anteriormente citados possuem alto grau de relevância e uma característica recheada de peculiaridade. Ocorre que os valores apresentados não sofrem grande variação mesmo quando comparados aos dados de 2020, onde, em tese, houve um dos períodos mais graves da pandemia de COVID-19 enfrentados pelo governo brasileiro.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

Em primeiro momento deveria ser esperado um aumento absurdo do nível de pessoas enquadradas como pobres, uma vez que o mercado de trabalho sofreu abalos severos e assim o nível de renda das famílias iria diminuir, o que por consequência iria elevar a quantidade de indivíduos vivendo com menos unidades monetárias por dia. Alguns fatores podem ajudar a explicar o cenário quase que indiferente de um ano pré-crise e outro com o ápice do choque sistêmico. Dentre tais fatores que podem explicar, dois se destacam, o primeiro deles é a série histórica ser relativamente curta, se os dados houvessem perdurado por um período superior a um ano, muito provavelmente veríamos um choque e alargamento das linhas de pobreza mais claramente, muito provável que seja este um dos reflexos da próxima edição da pesquisa. Outro fator, e talvez o mais importante, seja a implantação de políticas assistências de transferência de renda pelos governos locais e em nível federal a criação do auxílio emergencial.

Diversos autores destacam que, mesmo sofrendo duras críticas pelo modo de implementação, parâmetros utilizados e alcance efetivo, o auxílio emergencial foi responsável ao menos pela suavização dos efeitos mais graves causados pela pandemia da COVID-19, no grupo de pessoas consideradas pobres ou em estado de vulnerabilidade social:

[...] Ao longo da série histórica (2012-2019), a diferença entre as taxas de pobreza e extrema pobreza, com benefícios de programas sociais e em um cenário simulado de rendimentos sem benefícios de programas sociais, oscilou entre 2,0 e 3,0 pontos percentuais. Em 2020, na ausência dos benefícios sociais, a diferença seria de 7,2 pontos percentuais para extrema pobreza e 8,0 pontos percentuais para pobreza. Ao invés das incidências observadas de 5,7% e 24,1% para as linhas de US\$ 1,90 e US\$ 5,50 por dia as taxas seriam, respectivamente, de 12,9% e 32,1% [...]. (IBGE, 2020).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, divulgou no primeiro trimestre do ano de 2021 um extenso rol de dados e estatísticas que apontam para o caráter de essencialidade e de verdadeiro divisor de águas, a implementação do auxílio emergencial, para os grupos que compõe a extrema pobreza e pobreza.

Os resultados apresentados mostram que, principalmente entre os domicílios de baixa renda, o AE (auxílio emergencial) ainda foi relevante para a manutenção da renda média domiciliar em novembro, como tem sido desde o início da pandemia [...] nota-se novamente que o AE foi muito importante para os domicílios mais pobres. Para as famílias de renda muito baixa, a massa de rendimentos do AE (R\$ 5,85 bilhões) foi 2,6 vezes superior à diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva (R\$ 2,24 bilhões). Resultado semelhante foi observado para os domicílios de renda baixa, e mesmo para as famílias de renda média-baixa a massa do AE superou a diferença entre a massa efetiva e a habitual em R\$ 1,5 bilhões. (CARVALHO, 2021).

Os efeitos poderiam ser muito mais hostis do que os apresentados e certamente foram contidos por políticas regionais e nacionais de assistência e distribuição de renda. Porém, o caráter crítico escancarou a fragilidade de determinados setores sociais e a limitada capacidade de o estado ser capaz de combater com eficiência ineficiências alocativas, ainda que em períodos hostis. Há autores que afirmam que esse cenário, criou uma vertente a qual se deva pensar em uma política de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

redistribuição de renda efetiva, que ultrapasse o caráter emergencial e garanta a manutenção da vida, esta como de fato um direito efetivo e em todas as suas concepções, como uma estratégia de acúmulo de forças para a superação do modo de produção capitalista (CORREIA *et al.*, 2020).

III. CONCLUSÃO

Não há dúvidas acerca da pobreza como um drama social. Ocorre que a pandemia gerou um cenário totalmente atípico e escancarou fragilidades nos setores mais vulneráveis economicamente. Se considerados os parâmetros elaborados pelo banco mundial para definir pobreza e extrema pobreza em países tais como o Brasil, observa-se um número proporcionalmente elevado, porém os resultados surpreendem.

Ocorre que a interpretação tomada no trabalho demonstrou limitações, ao mesmo tempo em que esclareceu a importância das tomadas de decisões governamentais para a contenção de efeitos mais nocivos a tais populações. Pelo que se observou, o número agregado demonstrado não teve significativas variações mesmo considerando os períodos pré-pandemia e o auge da pandemia. O fato se explicou, na ótica estudada, pela implementação dos governos estaduais e nacional de programas de distribuição de renda monetária para as famílias em estado de maior vulnerabilidade social, isto ajudou a estancar alguns efeitos, e na ótica dotado mascarou consequências e o número potencial de pessoas afetadas.

De fato, foi importante a implementação de tais programas, não só demonstrado pela quase irrelevante variação na medida de pessoas pobres e extremamente pobres, conforme o conceito do banco mundial, mas também por abrir um precedente social para adoção de medidas similares que podem promover a igualdade efetiva em termos mais amplos.

Há de se destacar que, conforme os dados apresentados, se não houvesse programas com tais características nos períodos considerados, sem dúvida os efeitos seriam bem mais nocivos perante uma população, a qual em determinados períodos chegou a alcançar os 12 milhões no pior dos cenários considerados (US\$ 1,90).

Portanto, resta claro e evidente que os efeitos a partir da ótica estritamente monetária foram estancados graças às políticas governamentais de distribuição de renda. Porém, até mesmo auxílio emergencial teve um período de curto prazo, a próxima síntese publicada, referente ao ano de 2022, pode evidenciar até que nível tais políticas foram eficazes e revelar um número, que mesmo na ótica monetária poderá surpreender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. A problemática teórica da determinação social da saúde (nota breve sobre desigualdades em saúde como objeto de conhecimento). **Saúde Debate**, v. 33, n. 83, p. 349-370, 2009.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000b.

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD COVID-19. **Carta de Conjuntura (IPEA)**, Brasília, n. 48, p. 1-18, abr./maio/jun. 2020.

CORREIA, D.; SANTOS, A. Fernanda dos; BRITO, K. Paula do Amaral; GUERRA, L. Dias da Silva; VIEIRA, K. José; REZENDE, C. Leci de Souza. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social. **J Manag Prim Health Care**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/1023>

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social Em Debate**, n.15, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013. 88 p.

FERES, Juan Carlos; MANCERO, Xavier. **Enfoques para la medición de la pobreza**. Breve revisión de la literatura. Santiago do Chile: Publicação das Nações Unidas, 2001b. LC/L.1479-P. (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos 4).

FERREIRA, F.; SÁNCHEZ-PÁRAMO, C. A richer array of international poverty lines. *In*: THE WORLD BANK. **Let's Talk Development**. Washington, DC: The World Bank, 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>. Acesso em: out. 2019.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. **Handbook on poverty and inequality**. Washington, DC: The World Bank, 2009. 419 p. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11985/9780821376133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: out. 2019.

HECKSHER, M. D. **Ensaio sobre desigualdade de renda no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – PNAD Contínua**: sobre a composição da variável renda domiciliar *per capita* utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. 8 p. Nota técnica set./2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnadcontinua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: notas técnicas: versão 1.8. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 67-68. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notastecnicas>. Acesso em: out. 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2020**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 58-66 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=29143&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2021**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 44-60 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POBREZA E COVID-19: IMPACTOS DA PANDEMIA NOS GRUPOS DE PESSOAS CONSIDERADAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL SEGUNDO A ÓTICA DO BANCO MUNDIAL
Edicarlo da Encarnação Damasceno, Paulo Berti de Azevedo Barros, Christyan de Castro Amorim Dias

socioeconômica, n. 44). Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-2021-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira.html>. Acesso em: fev. 2022.

LA INEFICIENCIA DE LA DESIGUALDAD. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2018. 270 p. In: **Documento apresentado no Trigésimo Sétimo Período de Sessões de La Cepal**, realizado em Havana, de 7 a 11 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43442-la-ineficiencia-ladesigualdad>. Acesso em: out. 2019.

MEDEIROS, C. A. de. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 263-292, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art2>. Acesso em: set. 2020.

OSTRY, J. D.; BERG, A.; TSANGARIDES, C. G. **Redistribution, inequality, and growth**. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2014. 30 p. (IMF staff discussion note, February 2014 - SDN/14/02). Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>. Acesso em: out. 2019.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p. Título original: Le capital au XXI e siècle. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS_GRADU_ACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Século%20XXI%20%20Thomas%20Piketty.pdf. Acesso em: set. 2020.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1699-1708, 2020. Disponível em: <https://www.sci-elo.br/pdf/csc/v25n5/1413-8123-csc-25-05-1699.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 301 p. Título original: Inequality reexamined.

SOUZA, P. H. G. F. de. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22005>. Acesso em: set. 2020.

TÁVORA, F. L. **Impactos do novo coronavírus (COVID-19) no agronegócio brasileiro**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2020. n. 274.

THE WORLD BANK. **Ending extreme poverty and promoting shared prosperity**. Washington, DC: The World Bank, 2013. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/17/ending_extreme_poverty_and_promoting_shared_prosperity. Acesso em: out. 2019.

THE WORLD BANK. **Perspectivas econômicas globais**. Washington, DC: The World Bank, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 19 jun. 2020.

TROVÃO, C. J. B. M. **A pandemia da COVID-19 e a desigualdade de renda no Brasil**: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/TROV%C3%83O2020-PANDEMIA-E-DESIGUALDADE.pdf>